



VII SINGEP

Simposio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317-8302

ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE O FENÔMENO URBANO - AS SMART CITIES SOB O OLHAR DE JANE JACOBS E GEORG SIMMEL

NEY NAKAZATO MIYAHIRA
USP - Universidade de São Paulo

**ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE O FENÔMENO URBANO -
AS SMART CITIES SOB O OLHAR DE JANE JACOBS E GEORG SIMMEL****Resumo**

O artigo questiona o quanto a gestão de cidades inteligentes é um futuro possível e iminente ou uma utopia lançada em um modismo tecnológico-contemporâneo. Em formato de ensaio, parte-se da definição do conceito de *smart city*, a evidência de sua evolução e seus distintos prismas, de acordo com os enfoques possíveis. Em seguida, são apresentadas e discutidas ideias e teorias, da arquitetura e urbanismo e da sociologia e psicologia social, tendo em comum o enfoque à questão da urbanização. A adoção da metodologia *sensemaking* se afasta das regras positivistas e permite a composição de um mosaico teórico-reflexivo que convida à crítica e a novos estudos sistêmicos sobre o tema.

Palavras-chave: cidades inteligentes. urbanização, convívio urbano, atitude blasé, relações de trabalho.

Abstract

The article question if the management of smart cities is a possible and imminent future or a utopia launched in a technological-contemporary fad. In an essay format, it is based on the definition of the concept of smart city, the evidence of its evolution and its different prisms according to possible approaches. Next, ideas and theories are presented and discussed, from architecture and urbanism to sociology and social psychology, with a common focus on the issue of urbanization. The adoption of the sensemaking methodology departs from the positivist rules and allows the composition of a theoretical-reflexive mosaic that invites to the criticism and to new systemic studies on the subject.

Keywords: smart cities, urbanization, urban social life, blasé attitude, labor relations.



1 Introdução

Os tempos mudaram: carros autoguiados, dispositivos diagnosticando doenças e prescrevendo receituários, impressoras 3D produzindo vestuários, peças e até prédios inteiros, máquinas executando trabalhos agrícolas, equipamentos substituindo análise humana em trabalhos de identificação de padrões, informações de todos e acessível a todos. Esse não é um cenário de filme de ficção, mas sim uma realidade possível, um futuro eminente segundo o CEO da Mercedes (Beckow, 2017). Esses são os efeitos da quarta revolução industrial que a humanidade vivencia desde a virada do século XXI (Schwab, 2016; PwC, 2017). Se a primeira revolução industrial foi marcada pela máquina a vapor e produção mecânica, a segunda pela eletricidade e produção em massa, a terceira pelo computador e pela internet, esta revolução tem sua força propulsora na inteligência artificial. Todas essas mudanças, marcadas pelas revoluções industriais, impactam a forma como o homem se reorganiza em sociedade e se aglomera nas cidades.

Hoje, mais da metade da população global já reside em cidades. Segundo estimativas da ONU, este número chegará a 70% em 2050. Se por um lado a quarta revolução industrial traz alterações consistentes no dia-a-dia do funcionamento das cidades, impactando seu fluxo, sua dinâmica, sua economia e a própria cultura ao reformatar os valores da sociedade, por outro, toda essa tecnologia não se mostrou ainda capaz de suprir os velhos problemas de uma grande cidade, ao contrário, em muitos casos, o intensificam, apresentando um complexo novo *modus operandis* de se viver em grandes cidades. (Leite, 2012; Panhan, et al, 2016).

À despeito das inovações tecnológicas, muitos grandes centros urbanos têm uma infraestrutura deficitária, sendo necessário buscar soluções urgentes para responder de forma adequada às demandas do crescente aumento das populações urbanas. As aglomerações populacionais têm crescido muito nas últimas décadas criando problemas cada vez mais difíceis de se resolver. O conceito de cidades inteligentes surge do esforço consciente em usar tecnologias da informação e comunicação para modificar a vida e o trabalho das pessoas nos territórios urbanos de forma significativa, melhorando a vida dos cidadãos que neles habitam. O olhar que este artigo confere ao conceito de *smart cities* é no sentido de ambicionar que uma cidade tenha uma gestão com soluções integrativas e sustentáveis, necessariamente se atentando para aspectos como: a) tecnologias (tecnologia da informação, internet, *smart grid* (rede elétrica inteligente) e internet das coisas), b) mobilidade (tráfego de veículos, transporte público), c) utilidades (energia, iluminação, gás, água, esgoto, lixo), d) saúde (vigilância sanitária, saúde pública e serviços médicos) e e) serviços de vigilância e segurança à população (aspectos de privacidade versus riscos). (Panhan, et al, 2016).

O propósito deste artigo é de, em formato de ensaio teórico, discorrer sobre o tema trazido pela gestão de *smart cities* e aplicar-lhes uma releitura sob os conceitos de dois estudiosos do tema: a urbanista contemporânea Jane Jacobs (2014), que influenciou toda uma geração de urbanistas e planejadores urbanos e Georg Simmel (1903), sociólogo do início o século passado, que cunhou a expressão “atitude blasé” evidenciada nas grandes metrópoles. A questão que se pretende lançar é o quanto a configuração e a gestão de cidades inteligentes se configuram como um futuro ainda não vivenciado, mas possível; ou uma fantasia utópica, um modismo que dificilmente será estruturado em sua totalidade? Como todo problema de pesquisa relevante, a resposta não é simplista e demanda um entendimento mais aprofundado do conceito de *smart cities* e das ideias de Jacobs e Simmel.

Além desta introdução, este ensaio conta com um breve capítulo explicitando a metodologia adotada e, na sequência, um capítulo clarificando o entendimento de cidades inteligentes e posicionando a escolha da definição operacional para este estudo. A seguir, um capítulo abordando as reflexões de Simmel e outro, apresentando as ideias de Jacobs. Para



finalizar, um espaço para considerações finais que, longe de concluir algo sobre o tema, pretende sintetizar as contribuições trazidas por este ensaio e instigar novos estudos.

2 Metodologia

Neste modelo de ensaio, o referencial teórico será apresentado conjuntamente com as reflexões críticas e os cruzamentos possibilitados da escolha detalhada dos dois autores que tratam de urbanismo, mas sob enfoques distintos. Isso fica possível pois a metodologia não é balizada pelos métodos positivistas, com divisão entre referencial, metodologia, análises e considerações, mas sim pelo método alternativo de análise de sensemaking, em que se possibilita analisar dada realidade não como estática, mas sim como um processo que se constrói mediante interações sociais e fluxos informacionais (Weick, 1995).

O sensemaking busca compreender o como, o porquê e os desdobramentos da construção de sentido. Assim, Weick (1995) afirma que a construção de sentido é tida como algo contínuo, em construção (ongoing), de modo que o sensemaking nunca começa, é sempre uma constante, uma atividade contínua presente nas rotinas organizacionais. Pode-se dizer que, dessa mesma forma, para se estudar cidades inteligentes é possível partir de seu conceito e buscar o desdobramento de seus sentidos por meio de lentes teóricas distintas e usualmente não tão conexas em seus campos de estudos. Tem-se da arquitetura e urbanismo os estudos de Jane Jacobs (2014) e da sociologia as conclusões de Gerog Simmel (1903). Com a junção de duas lentes teóricas sobre o mesmo fenômeno, a urbanização, faz-se o convite para uma reflexão sinérgica e interdependente entre interações sociais e construções de fluxos e movimentos nas grandes metrópoles. A seguir, apresenta-se o fenômeno a ser estudado, as cidades inteligentes.

3 *Smart Cities*

3.1 Entendendo seu conceito

O conceito de cidades inteligentes, apesar de relativamente recente, já passou por transformações e adaptações. Parece recorrente o uso da expressão para denotar conhecimento dos conceitos mais badalados da atualidade. Em tempos em que parecer competente se torna tão ou mais importante do que executar de fato, os gestores urbanísticos vêm usando e abusando de expressões que lhe confirmam um caráter de sabedoria e eficiência. Mas afinal o que é “*smart city*”?

Inicialmente se definia por ser um espaço urbano com uso intensivo de tecnologias de comunicação e informação sensíveis ao contexto, de gestão urbana e ação social dirigidos por dados. Na busca por sua implantação, verificou-se a multidisciplinariedade do tema, expandindo-se o conceito para um sistema de pessoas interagindo e usando energias, materiais, serviços e financiamento para catalisar o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida. Nessa expansão do conceito, tem-se o enfoque das ciências sociais, que se preocupa com a eficiência da gestão pública, repercutindo na facilitação ao espaço urbano se configurar como inteligente (Dameri, 2013).

Os estudos sobre o conceito permitem dividir os estudos em ondas: uma primeira, cujo enfoque consistia nas questões de infraestrutura de uma cidade, uma segunda onda em que se estendia o olhar para a sustentabilidade (das fontes energéticas, do uso da água, por exemplo), uma terceira onda com um aprofundamento em questões urbanísticas, uma quarta onda em que os estudos abarcam o campo das ciências sociais (a gestão pública, seus instrumentos de



planejamento e a gestão da massa da administração pública) e, mais recentemente, uma quinta onda de estudos, que alarga para tópicos de direitos humanos e o uso de participação social (EAESP, 2016). Pode-se também perceber essas ondas de estudos na síntese que Dameri (2013) faz sobre o desenvolvimento *bottom-up* dos estudos sobre *smart cities* (Figura 1).



Figura 1: Desenvolvimento bottom-up dos estudos.
Fonte: Dameri, 2013.

Em suma, pode-se definir *smart cities* como “sistemas de pessoas interagindo e usando energia, materiais, serviços e financiamento para catalisar o desenvolvimento econômico e melhoria da qualidade de vida” (Albino et al, 2015). Tais fluxos de interação são considerados inteligentes por fazerem uso estratégico de infraestrutura e serviços, de informação e comunicação, com planejamento e gestão urbana, para dar resposta às necessidades sociais e econômicas da coletividade. Os estudos demonstram que o olhar para uma cidade inteligente pode se apropriar de distintos indicadores/dimensões. A forma de avaliar o nível de inteligência das cidades do *Cities in Motion Index*, do *IESE Business School*, da Espanha é por meio das seguintes dimensões (Figura 2).



Figura 2: Dimensões Avaliativas de Smart Cities.
Fonte: IESE, 2016.

3.2 Harmonizando os distintos enfoques de Smart Cities

Assim como os estudos de cidades inteligentes se deu em ondas e em enfoque de temáticas, as dimensões avaliativas evidenciam a multiplicidade e complexidade do tema e o risco dele se perder numa desintegração de olhares. Não poderia ser diferente, para se atingir uma cidade inteligente, é preciso atingir uma complexa sinergia entre temáticas e ações, num



intricado mosaico de ações de planejamento que desembocam em um funcionamento pleno e pulsante de uma metrópole.

O estudo de Dameri (2013) é um marco para estudos de *smart cities*, pois a partir da unidade de análise escolhida – o conceito de *smart city*, apresenta uma profunda revisão da literatura sobre o tema, abarcando tanto o campo teórico, com artigos científicos, quanto o campo empírico, com relatórios de projetos e iniciativas visando a configuração de cidades inteligentes, seja pelo poder público, seja por entes privados (empresas de uso intensivo de tecnologia e voltadas a aplicação urbana ou consultorias de projetos urbanísticos). Embora os achados, principalmente no campo empírico, estejam concentrados em tentativas e projetos europeus (dado a localidade da pesquisadora), ainda assim compreende um quadro relevante para entendimento do tema.

Em suma, seus achados concluíram que as investigações teóricas se dividem em dois enfoques: no resultado e na qualidade das combinações ou nos componentes e de uma cidade inteligente. Já a investigação empírica traz a divisão dos pontos de vistas dos dois atores que capitanearam as tentativas de configuração e cidades inteligentes: os entes governamentais e os stakeholders privados. A tabela 1 sintetiza tais achados:

Investigação Teórica	
Foco no resultado e qualidade das combinações: A <i>Smart City</i> é um espaço bem-construído sobre a combinação "inteligente" de doações e atividades de cidadãos autodeterminados, independentes e conscientes	Foco nos componentes: A cidade é inteligente "quando os investimentos em capital humano e social e infra-estrutura de comunicação tradicional (de transporte) e moderna alavancam o crescimento econômico sustentável e uma alta qualidade de vida, com uma gestão sábia dos recursos naturais, através da governança participativa".
Investigação Empírica	
Ponto de vista público: "delineia a necessidade de mudar o foco dos aspectos tecnológicos para as questões econômicas e financeiras, especialmente vinculando metas e ações a métricas".	Ponto de vista privado: "descreve a necessidade de reunir as diferentes experiências, projetos, soluções, hoje muito dispersos e sem uma estratégia comum. Isso confirma a necessidade da ação pública, mas especialmente a governança estatal, políticas, regras, e não o financiamento.

Tabela 1: Síntese da revisão da literatura sobre o conceito de smart cities.
Fonte: Dameri, 2013.

Um ponto que merece destaque é que o conceito de *smart city* embora traga uma delimitação geográfica para entendimento das ações e investimentos no espaço urbano, configurando-o como inteligente, essa delimitação não se limita aos contornos físicos e geográficos, possibilitando com que a cidade e a comunidade virtualmente extrapolem para regiões, rede de cidades, nações e até mesmo uma escala global. Essa ideia coaduna com os preceitos de Manuel Castells (2005) em seus estudos sobre a sociedade em rede.

Dameri chega também em uma síntese de um modelo para se compreender e estudar smart cities (Figura 3). Ele apresenta a ideia de circularidade, indicando que os conceitos se inter-relacionam, influenciando um ao outro, a circularidade também confere a ideia de que não há um elemento mais importante ou mais basilar que outro. Por fim, passa também a ideia de núcleos concêntricos e esferas mais macro, dando a noção de aspectos mais micro, meso e macro que são relevantes ao estudo de uma cidade inteligente.

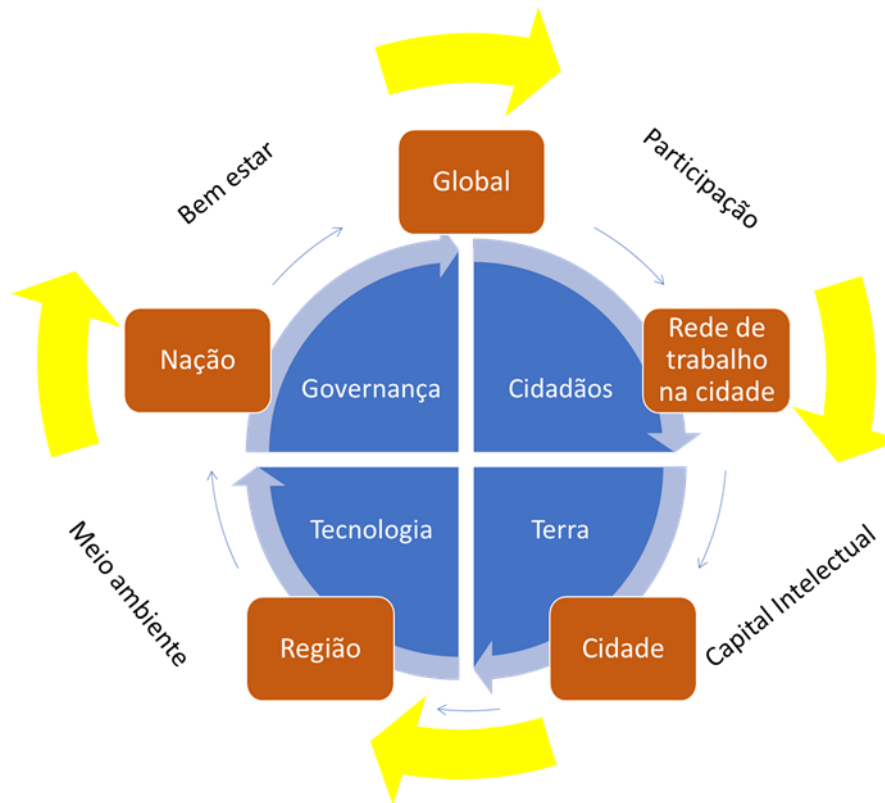


Figura 3: Modelo Síntese de estudos de Smart Cities.
Fonte: Dameri, 2013.

Embora venha se comprovando que o Estado, sozinho, não será capaz de implantar e manter os condicionantes para uma cidade inteligente, ele continua tendo um papel fundamental no planejamento e na gestão urbanística (Mazzucato, 2014). É preciso que sua gestão se modernize, se capacite e se predisponha a compreender a territorialidade de uma cidade em sua essência e em suas múltiplas dimensões, a cidade como um espaço de fluxo, de redes sociais e de aprendizagem em rede (Castells, 2005). É preciso que a gestão pública encare a questão do planejamento urbano como investimento governamental paciente e de longo prazo, só assim suas ações serão sustentáveis e efetivas. Será isso possível, frente à forma como o indivíduo se posiciona e interage nas grandes cidades e como as cidades vão e desenvolvendo em uma dinâmica orgânica e caótica? São os dois aspectos discutidos a seguir, com Simmel e Jacobs.

4 A “atitude blasé” – Origens e Consequências

4.1 Os Estudos de Simmel

A expressão “atitude blasé” foi utilizada pelo sociólogo alemão Georg Simmel (1858-1918) em sua obra “A metrópole e a vida mental” para identificar um comportamento recorrente e anestesiante adotado pelo morador das grandes cidades. Influenciado pela filosofia kantiana, Simmel desenvolveu a sociologia das formas sociais onde traz várias contribuições para os estudos sobre a vida mental metropolitana. Contribuições de cunho sócio psicológicas, que por sua vez contribuiriam para o desenvolvimento da sociologia urbana. O autor se debruça a estudar problemas práticos ligados ao enorme crescimento das grandes cidades que acompanha a industrialização e o desenvolvimento capitalista



(especialmente nos EUA, com a imigração em massa de contingentes europeus em fim do século XIX e início do XX). Via nos indivíduos o fundamento dos grupos e aí, distingue-se de Durkheim, uma vez que Simmel não confere aos grupos sociais uma importância supervalorizada em relação aos indivíduos.

Segundo ele, as formas constituem-se em um processo de interação entre tais indivíduos, seja por aproximação, seja por distanciamento, subordinação, competição, etc. As formas de sociação por ele estudadas foram:

a) Determinação quantitativa do grupo: o modo como o aspecto quantitativo afeta o tipo de relação social existente. Estar isolado, em uma relação exclusiva entre duas pessoas produz diferentes tipos de interação, quando comparada a uma relação com várias pessoas.

b) Dominação e subordinação: as relações de poder não são unilaterais e é preciso explicar como as formas de comando e obediência estão relacionadas.

c) Conflito: os indivíduos vivem em relações de cooperação, mas também de oposição; portanto, conflitos são parte da constituição da sociedade.

d) Pobreza: constitui um tipo de relação na qual o indivíduo acha-se na dependência de outros, provocando, ao mesmo tempo, a necessidade de assegurar o socorro social.

e) Individualidade: ela pode ser de dois tipos. Sua forma quantitativa significa que todo indivíduo possui a mesma dignidade formal, ou seja, são iguais entre si. Mas, do ponto de vista qualitativo, todos procuram afirmar sua singularidade, sua personalidade, diferenciando-se dos demais.

Simmel afirma que no século XVIII a humanidade passou por mudanças que a libertaria de suas dependências históricas quanto ao Estado, à religião à moral e à economia, ao mesmo tempo que as transformações do modo de produção repercutiram em exigência da especialização funcional do homem e seu trabalho. Com a intensificação do modelo de produção em massa, vem a necessidade do homem destacar sua força de trabalho via especialização e diferenciação. Psiquicamente, o indivíduo resiste a ser nivelado e uniformizado por um mecanismo sócio tecnológico. O processo de especialização tornou um indivíduo incomparável a outro, ao mesmo tempo que tornou cada homem proporcionalmente mais dependente, de forma direta das atividades suplementares de todos os outros.

Todos esses estímulos à mudança de comportamento se dão no ambiente urbano; os estímulos sensoriais e as consequências psíquicas deles são distintas do que ocorria no ambiente rural. Enquanto neste os relacionamentos costumam se dar de forma profunda e emocional, atingindo as camadas mais inconscientes do psiquismo. Nas grandes cidades, o que reina é o intelecto, a camada consciente do psiquismo. Assim, o tipo metropolitano desenvolve um órgão que o protege das correntes e discrepâncias ameaçadoras de sua ambientação externa – ele reage com a cabeça ao invés de com o coração. “A reação aos fenômenos metropolitanos é transferida àquele órgão que é menos sensível e bastante afastado da zona mais profunda da personalidade. A intelectualidade, assim, se destina a preservar a vida subjetiva contra o poder avassalador da vida metropolitana. E a intelectualidade se ramifica em muitas direções e se integra com numerosos fenômenos discretos.” (Simmel, 1903).

A metrópole é o local que se configura como sede da economia monetária, em que se impõe uma evidência a aplicação da justiça formal, uma dureza desprovida de consideração e uma lógica que reduz a qualidade e a individualidade a questão quantitativa: quanto. Percebe-se que a economia monetária e o domínio do intelecto encontram-se intrinsecamente vinculados. O morador da metrópole, tido como intelectualmente sofisticado, é indiferente a toda a individualidade genuína, porque dela resultariam relacionamentos e reações que não podem ser exauridos com operações lógicas. Relações emocionais se pautam pela individualidade. Já as relações racionais tratam o homem como um número, um elemento que é em si mesmo, indiferente. Esse é o tipo de relação que as grandes cidades promovem:



transforma-se o mundo num problema aritmético; busca-se dispor todas as partes do mundo por meio de fórmulas matemáticas.

O dinheiro torna-se o mais assustador dos niveladores: com sua ausência de cor e indiferença, torna-se o denominador comum de todos os valores, arranca irreparavelmente a essência das coisas, sua individualidade, seu valor específico e sua incomparabilidade. A impessoalidade é reformada quando na metrópole não mais se estabelece a produção que serve a cliente conhecido, aquele que solicita a mercadoria ao produtor rural, aquela relação em que produtor e consumidor se conhece. Ao invés disso, tem-se a produção voltada ao mercado, consumidores desconhecidos, o que impera é a anonimidade.

A mente do homem urbano é aguçada com uma exatidão calculista, que, para sobreviver à complexa realidade das metrópoles, se vale da precisão, das certezas na definição de identidades e de diferenças e da ausência de ambiguidade nos acordos. É essencial que se tenha pontualidade nos compromissos e serviços, que se planeje um calendário estável e impessoal, pois só assim é possível manter a estrutura em funcionamento, agregando indivíduos com interesses diversos, integrando relações e atividades complexas, enfim, evitando o caos inextricável. Em suma, a pontualidade, a calculabilidade e a exatidão são introduzidas à força a vida urbana, pela complexidade e extensão da existência metropolitana e estão intimamente ligadas à economia do dinheiro e seu caráter intelectualístico.

Todos esses condicionantes fazem com que surja a “atitude blasé”: resulta, em primeira instância, de estímulos contrastantes que, em rápidas mudanças e compreensão concentrada, são impostos aos nervos. Agita os nervos até seu ponto de mais forte reatividade até que se cesse a reação. Surge assim, a incapacidade de reagir a novas sensações com a energia apropriada. É preciso destacar que pessoas estúpidas, sem intelectualidade, não são exatamente blasé. Adotarão um ar blasé aqueles indivíduos que inicialmente capazes de uma reação emotiva e genuína, por um processo de banalização da violência, alienação e apatia frente às injustiças, passa a ter uma incapacidade de reação. É o embotamento do poder de discriminar. Não significa que os objetos não sejam percebidos (caso dos débeis mentais), mas sim que o significado e valores diferenciais das coisas sejam destituídos de substância. Tudo fica em um tom uniformemente plano e fosco; objeto algum merece preferência sobre outro. Esse estado de ânimo é o fiel reflexo subjetivo da economia do dinheiro completamente interiorizada.

Georg Simmel também relata que existe uma correlação direta entre a expansão do horizonte de uma cidade com o modelo pela qual a riqueza se desenvolve. Assim, um certo volume de propriedade cresce de modo semiautomático em progressão sempre mais rápida. Há uma independência da metrópole; sua vida interior transborda em ondas para uma vasta área nacional ou internacional. Isso independente até das mais eminentes personalidades individuais. É a contrapartida e o preço que o indivíduo paga pela independência. A metrópole tem uma extensão funcional para além de suas fronteiras físicas.

As cidades se configuram como exemplos genuínos da mais alta divisão econômica do trabalho. Indivíduos compelidos a especializar-se para não ser substituído por outro. A antiga luta com a natureza pela vida dá lugar a luta entre os homens pelo lucro. A competição não se dá apenas pelo ganho, por mostrar sua força de trabalho diferenciada, mas pelo fato do vendedor sempre precisar atender a novas e diferenciadas necessidades do consumidor atraído. Esse processo promove a diferenciação, o refinamento e o enriquecimento das necessidades do público, o que obviamente deve conduzir ao crescimento das diferenças pessoais no interior desse público. Tudo repercute na transição para a individualização de traços mentais e psíquicos que a cidade ocasiona em proporção a seu tamanho. A divisão do trabalho reclama do indivíduo um aperfeiçoamento cada vez mais unilateral, o que pode significar a morte para a personalidade do indivíduo. O indivíduo se torna um mero elo em uma enorme organização de coisas e poderes que arrancam de suas mãos todo o progresso,



espiritualidade e valores, para transformá-los de sua forma subjetiva na forma de uma vida puramente objetiva. São os preceitos do capitalismo atuando em sua forma mais intensa.

Psiquicamente isso promove alguns condicionamentos mentais e psíquicos, além da apatia trazida pela atitude blasé. O homem metropolitano adota extravagâncias metropolitanas. O indivíduo é seduzido a adotar as peculiaridades mais tendenciosas: maneirismos, caprichos, preciosismos. Para muitos, passa a ser o único meio de se recuperar ou manter alguma autoestima; a consciência de preencher uma posição é indireta, através do conhecimento do outro. Brevidade e escassez dos contatos inter-humanos passam a ser a regra das relações.

4.2 O capitalismo ditando as relações de trabalho urbana

Por relações de trabalho, Nogueira (2007) entende

“o conjunto de arranjos institucionais e informais que modelam e transformam as relações entre capital e trabalho em suas diversas dimensões na complexa formação social e econômica capitalista, cuja totalidade está determinada pelo modo de produção das mercadorias, isto é, pela contradição entre desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção” (Nogueira, 2007).

Embora a existência do trabalho date de épocas da antiguidade e sua evolução perante a humanidade venha ganhando diferentes significados de acordo com o seu tempo e espaço; não cabe aqui remontar todo o histórico das relações de trabalho, suas interligações com poder, escravidão, submissão, ofício, especialidade, etc. Contudo, para fins de contextualização das relações de trabalho e seus efeitos na urbanização, faz-se necessária uma breve análise do comportamento das relações do trabalho ao longo deste último século vivido.

Em uma análise mais contemporânea, enfocando o século XX, o “breve século”, assim chamado por Eric Hobsbawn (1995), talvez por ter sido o século dos avanços extraordinários, cuja a rapidez se faz evidente, pode-se pontuar 3 momentos: a) o grande crescimento econômico advindo do período pós 2ª Guerra Mundial, ocasionando o gigantismo e o inchaço organizacional; b) a recessão econômica da década de 70 e 80, o que criou a onda de reengenharia, forçando as organizações a se encolher, enxugar estruturas, terceirizar atividades e reduzir a folha de pagamento; e c) o séc. XXI, onde se alardeia o realinhamento estratégico, modernização de processos produtivos, financeiros e administrativos, busca incessante de maior produtividade, o que desemboca na ditadura da administração por estresse.

No período pós-guerra, com a reformulação do espaço político e rearranjo das potências produtivas; veio um período de bonança e crescimento econômico. O mundo capitalista deu mostra de maior capacidade de elevação do nível de conforto material; o consumo cresceu exponencialmente; que, aliado à oferta barata de fontes de financiamentos internacionais, à modernização tecnológica e às novas estruturas organizacionais, estimulou o surgimento do gigantismo das empresas. As discussões da política macroeconômica focam-se nas medidas fiscais e monetárias em prol do desenvolvimento econômico e capitalista; nas economias avançadas fica marcante a ideia da garantia do pleno emprego. (Harvey, 1992; Hobsbawn, 1995).

Já nas décadas de 70 e 80, com a crise do petróleo, surge à necessidade de fontes de matéria-prima e mão-de-obra mais baratas, forçando o desenvolvimento de novos métodos de gestão, novos processos produtivos e financeiros. O Estado, incapaz de garantir o pleno emprego e com seu sistema previdenciário na iminência do colapso, passa a adotar a posição de “Estado Mínimo de Direito”. Paralelamente, nas empresas mudanças estruturais também ocorriam: na busca por alavancar o crescimento econômico sustentado nesse cenário adverso, houve a valorização das forças de trabalho, associada à desregulamentação e luta contra a rigidez do Estado e às intervenções protetoras no mercado de trabalho. Sob o manto do



neoliberalismo econômico, grandes modificações começam a aparecer: ondas de privatizações, reengenharia, práticas de terceirizações, etc. (Castells, 2005; Hobsbawn, 1995).

Finalmente, nos últimos anos, adentrando-se o século XXI, verifica-se uma retomada do crescimento econômico, de uma maneira interdependente; a progressiva atuação da globalização faz com que o mundo se conecte e se influencie cada vez mais. Embora a economia desse sinais de recuperação; as práticas de racionalização e busca incessante pela eficiência continuavam. Evidencia-se o modelo de produção flexível (Harvey, 1992), em clara contraposição à rigidez do "fordismo". A organização do trabalho, fundada em relações de longo prazo e altamente especializadas, desenvolvidas em unidades isoladas que assentavam as bases do "pós-fordismo", já não serviria mais a esses objetivos, pois seria preciso readequar a estrutura organizacional, transformar as relações produtivas e modernizar os processos administrativos, produtivos e financeiros de forma a torná-las compatível com o novo paradigma informacional e global (Castells, 2005).

O preceito da acumulação flexível, segundo Harvey (1992), se faz notar na flexibilidade dos processos de trabalho, nas rápidas mudanças com grandes desigualdades, na compressão do tempo e do espaço, na consolidação da "era do deslocamento" onde nada fica imutável. Segundo Porter e Heppelmann (2014), esses valores acabam por propiciar um ambiente competitivo e estressante: corrosão de vínculos sociais, exacerbação do individualismo, negação do diferente, a sociedade do "espetáculo", o imediatismo recorrente; transformação do ser humano em mercadoria, passível de ser vendida e descartada, sentimento de impotência e exclusão quando tolhidos de função produtiva são alguns dos elementos que compõem as relações de trabalho das sociedades atuais. Sociedades estas que se encontram organizadas em um formato orgânico, natural e desordenado – conforme se verifica a seguir com Jane Jacobs.

5 A vida pulsante das cidades - Os preceitos urbanísticos de Jacobs e suas observações práticas

Jane Butzner Jacobs (1916-2006) foi uma jornalista, escritora ativista política e urbanista retórica que embora não fosse arquiteta de formação, contribuiu enormemente para os estudos urbanísticos da contemporaneidade. Como repórter ela inicia escrevendo matérias sobre bairros operários, logo passando para reflexões sobre a dinâmica da cidade de Nova Iorque. Vivencia a cidade no período da grande depressão e reside em Greenwich Village, bairro de Manhattan que se destaca por não seguir a grade estrutural da cidade.

Seja como repórter, seja como porta-voz da associação dos moradores do bairro, ela identifica no cotidiano das grandes cidades norte americanas as razões da violência, da sujeira e do abandono ou o oposto, a boa manutenção, a segurança e a qualidade de vida de lugares que constituem a cena real das metrópoles. Com sua obra, "Morte e Vida de Grandes Cidades", explicita sua tentativa de introduzir novos princípios no planejamento urbano e reurbanização, escrevendo sobre o funcionamento das cidades na prática, segundo ela, a única maneira de descobrir as iniciativas de reurbanização que conseguirão promover vitalidade socioeconômica nas cidades.

Em sua obra, Jacobs deixa explícita sua crítica aos princípios funcionalistas do urbanismo e às práticas de renovação do espaço público, da década de 50. É um ataque aos preceitos do CIAM (congressos internacionais de arquitetura moderna), que tinha surgido na Europa na década de 20, com o objetivo de defender e difundir o ideário da arquitetura e urbanismo modernos. Jacobs critica um dos princípios da carta de Atenas, um dos documentos base do CIAM - que era a deia de setorização ou organização espacial da cidade segundo funções predeterminadas (Brasília foi planejada conforme tais preceitos).



As ideias de Jacobs se configuram como alternativas a projetos de renovação urbana baseados no arrasamento de áreas consolidadas, substituindo-as por viadutos, vias expressas e conjuntos habitacionais de baixa qualidade, ideias estas defendidas pelo engenheiro e planejador de Nova Iorque, Robert Moses. Segundo a autora, não se tem pensado na função, no uso e na ocupação das construções, atrelado a infraestrutura. Não se tem valorizado a escala humana, e sim um crescimento urbano indiferente às necessidades de cunho social.

Jane afirma que de nada adiantarão investimentos vultosos em planejamento urbano. Exige-se um volume extraordinário de incentivos financeiros governamentais apenas para obter um nível de monotonia, esterilidade e vulgaridade nos espaços urbanos: conjuntos habitacionais de baixa renda que incubam a delinquência e vandalismo, conjunto de alta renda fechados a qualquer tipo de exuberância ou vivacidade da vida urbana, centros cívicos evitados por todos, passeios públicos que ligam nada a lugar algum, etc. Segundo Jacobs, isso não é reurbanizar, é saquear a cidade.

É preciso largar a cidade ideal dos planejadores e passar a vivenciar e tornar mais funcional a cidade real. Os especialistas em urbanismo ignoram o óbvio: o estudo do sucesso e do fracasso na vida real, in loco. É de fundamental importância que se conheça o funcionamento das coisas.

A autora enfatiza as características exclusivas de uma metrópole e ressalta que não se pode encarar-la como uma pequena cidade em proporção maior. Reconhece que ela é fruto das repercussões das revoluções industriais vivenciadas e não guarda saudosismo nostálgico do mundo pre industrial, ao contrário, mesmo com os problemas inerentes de uma metrópole, ela é uma defensora da vida urbana. Em linha com esse posicionamento, ela refuta ideias de descentralização, reintegração com natureza e provincianismo, ou seja, critica o modelo de cidades jardins de Ebenezer Howard, que defendia a formação de subúrbios nas periferias das grandes cidades americanas, no pós-guerra. Também critica a perspectiva mórbida de Lewis Mumford, de condenação da megalópoles/necrópoles. Se coloca também resistente ao planejamento anti-cidade de Le Corbusier, a cidade imaginária verticalizada, que nada mais é do que um bucolismo ilusório da cidade-jardim.

Interessante notar que seus estudos se focam em Nova Iorque, uma cidade norte-americana, jovem, dinâmica e a-histórica por excelência. A ressalva de que não é uma cidade europeia, com base numa tradição urbana a ser recuperada demonstra sua preocupação com a contextualização da cidade e a consideração de suas origens.

Abaixo, a tabela 2 sintetiza as principais ideias de Jacobs:

Principais ideias de Jane Jacobs
A) Olhos nas ruas – é preciso observar a cidade, para captar os aspectos necessários da manutenção do espaço público.
B) Defesa das densidades das metrópoles – Diminuição da densidade populacional de uma cidade não garante a segurança.
C) Cidades para as pessoas - cidades conectadas.
D) Diversidade – misto dos espaços, diversidade de uso, mais complexo e denso.
E) Dinâmicas locais – bairros dialogando com suas histórias.
F) Quadradas curtas - ruas e calçadas como órgãos vitais de uma cidade; contatos não devem ter limites físicos.
G) Parques com multiplicidade de usos – deve atrair pessoas diversas.
H) Não basta ter bairros limpos – mentirosa a ideia de que moradias limpas criam bairros dignos.
I) A dimensão econômica do funcionamento das cidades – cidades devem garantir a mistura de usos de seu território.

Tabela 2: Principais Ideias de Jane Jacobs

Fonte: Jacobs, 2014.



A) A expressão “olhos nas ruas”, atribuída a Jacobs tem caráter de análise e crítica tanto macro quanto micro. Macro: Observa a cidade do ponto de vista de quem a pratica no cotidiano e possibilita enxergar urbanidade a partir da necessidade real dos moradores. A cidade é um grande papel rascunho onde a teoria tem que se posta em prática, observando erros e acertos. Micro: manutenção das calçadas e valorização dos espaços públicos aumentam a circulação de pessoas, gerando uma vigilância natural. Observação dos pequenos gestos, anônimos e rotineiros: o balé da calçada, executado dia e noite e sem nunca se repetir garante a segurança da rua. Despretensioso e aleatórios, os contatos nas ruas são decisivos para o florescimento da vida pública e forçam o aparecimento da diferença, que acabam estimulando a tolerância e a convivência pacífica entre estranhos (visão mais otimista, distinta de Simmel).

B) Jacobs defende o estímulo à ocupação e uso dos espaços, o que se opõe à ideia de uma cidade puramente ordenada; segundo ela, não se pode separar usos e funções da cidade, nem controla ou limitar sua densidade. Ela acredita no lema: “tudo junto e misturado”.

C) Opõem-se a projetos de urbanismo que têm como característica viadutos, elevados e vias expressas, projetos frequentes de Robert Moses. As disputas entre Jacobs e Moses são famosas e compõem a história de Nova Iorque. Em 1955 Jane foi contra a via expressa que cortaria Washington Square. Em 1962 ela realiza protestos contra o elevado que Moses pretendia construir ao sul de Manhattan. Jane chegou a ser presa por duas ocasiões.

D) Há quatro itens que ajudam a gerar diversidade: diversidade dos usos, edifícios antigos, tamanho das quadras e necessidade de concentração. Assim, áreas que abrigam conjuntamente habitação, comércio e lazer promovem não apenas a diversidade, mas sua ocupação permanente. Há uma necessidade das coisas terem uma diversidade de usos mais complexa e densa, que acabe por propiciar entre elas uma sustentação mútua e constante, tanto econômica, quanto social. Ainda que os componentes sejam distintos, deve haver, concretamente, complementação entre eles. A mescla de usos e usuários, bem como de edificações de idades e estados de conservação variados também promove uma diversidade, que garante a vitalidade urbana.

E) O respeito às características de cada bairro torna a vida mais rica e cheia de significados e a cidade mais vibrante. Jane critica a perspectiva corrente de que a revitalização dos bairros não precisa dialogar com sua história.

F) As calçadas: nelas ocorrem a integração e convivência de uma sociedade. As pessoas são as principais protagonistas. Essa integração implica em conflitos que podem dificultar ou não a convivência entre os cidadãos. Capacidade de integrar as crianças ao meio urbano. “Tire as crianças da rua....mas ponha onde?!” As ruas: devem ser seguras, sistema de vigilância cidadã: os edifícios devem estar voltados para a rua, não pode ter pontos cegos, calçadas com fluxos intensos, número substancial de estabelecimentos e de locais públicos. Quadras curtas priorizam o cidadão e não os carros. Ter mais contato com a vizinhança. Pessoas que vivem em determinadas ruas devem se lembrar constantemente que fazem parte de um bairro e de uma cidade. As relações devem ser bem maiores e extrapolar as barreiras invisíveis criadas pela própria sociedade.

G) Pessoas precisam querer estar nos parques, eles precisam ser atraentes para diversos públicos. É pela variedade dos usos dos edifícios em sua volta que se garante a multiplicidade de uso dos parques. Eles não são os pulmões da cidade, quem realizar esse papel são as correntes de ar, que evitam que uma cidade sufoque. Parques, por si só, não estabilizam o valor do imóvel.

H) Não existe relação entre boa moradia e bom comportamento. O certo é pensar em bairros como órgãos autogovernados, que é diferente da ideia de autossuficientes. Os próprios moradores devem se sentir responsáveis pelo bairro. Distritos e seus bairros devem atender a mais de uma função principal (novamente a ideia de diversidade).



I) É preciso consciência de que as cidades são geradoras naturais de diversidade e produtoras de novos empreendimentos e ideias de toda espécie. Elas são o centro econômico natural de imensa diversidade empresarial. “As cidades de pequeno porte e os subúrbios, por exemplo, são o lugar ideal para supermercados enormes e não para mercearias” (Jacobs, 2014). As pequenas empresas dependem da grande diversidade de outras empresas urbanas. Sendo assim, a diversidade urbana permite e estimula mais diversidade. Portanto, a cidade é o lócus ideal das pequenas empresas, e estas por sua vez são consideradas grandes absorvedoras de mão de obra. Novamente é uma visão otimista, que confronta com o capitalismo selvagem e a competitividade calculista citada por Simmel.

Jacobs adota o princípio de que a cidade é uma obra coletiva que pertence às pessoas, não ao poder público, prefeitura ou, de modo mais genérico, ao Estado. Por isso, as cidades devem ser pensadas a partir do ponto de vista das relações sociais nelas desenvolvidas, e esta premissa é especialmente verdadeira para as grandes cidades. Defende uma postura mais liberal do Estado, ele não tem papel intervencionista impositivo, mas sim o de orquestrar e garantir que a forma propulsora e pulsante das cidades garanta seu crescimento natural e progressista. A gestão estatal não deve vir com artificialismos urbanísticos e intervenções que agridam o funcionamento natural das cidades.

6 Considerações Finais

O ensaio discorreu sobre o conceito de cidades inteligentes e passou a considerar dois estudiosos no tema de urbanização, o sociólogo Simmel, com seus estudos de saúde mental nas metrópoles e a urbanista, observadora prática e militante dos direitos da coletividade urbana, Jane Jacobs. Esses dois estudiosos trazem um precioso contraponto à formulação de *smart cities* e aponta que há complexidades práticas e repercussões psicológicas e sociais que devem ser levadas em consideração caso se queira passar das intenções à prática de uma cidade de fato inteligente. Longe de chegar a uma conclusão, muito menos a uma resposta preditiva de como se planeja e gerencia uma *smart city*, a intenção era de alertar para a complexidade do tema e convidar a reflexões multidisciplinares que agreguem a uma visão integrada e sinérgica.

A circulação de capitais, intensificada com o uso da informática e globalização, facilitou as transformações no modo de se viver nas metrópoles. A busca pelo lucro ou, no limite, pela sobrevivência, reveste-se no discurso das “externalidades”, isto é, são consideradas necessidades inerentes à sobrevivência capitalista atual, uma forma de se retirar dos governos ou dos grandes conglomerados econômicos as responsabilidades pelas consequências sociais de suas decisões (Stiglitz, 2002).

Interessante se ter em mente que à medida em que a cidade se incorpora a Estados Nacionais, inserindo-se numa unidade mais ampla, deixa de esgotar-se em si mesma, perde muito de sua capacidade de auto explicar-se; rompe-se, nega-se, e não pode mais ser captada e estudada como uma totalidade (Velho, 1967). Essa ampliação do entendimento de cidade se dá tanto no plano do “objetivo”, com administração, mercado, fortificações, exército, justiça e leis em boa parte próprias, quanto no plano do “subjetivo”, como foco fundamental de lealdades. Assim, as sociedades urbano-industriais, tem-se a característica de que o industrial permite ao urbano atualizar todas as suas virtualidades, em oposição à sociedade agrária tradicional, em que ocorre o inverso. As revoluções industriais propiciaram tais atualizações e a quarta revolução vivenciada força mais uma atualização que, se não ocorrer de forma planejada, fatalmente será imposta de forma inapta, repercutindo em consequências danosas à sociedade e a cada um de seus indivíduos.

Dos estudos em sociologia urbana de Simmel, pode-se depreender que a urbanização mudou a forma de interação social que havia na sociedade rural. As pessoas não estavam preparadas para lidar com estranhos e desconhecidos que encontravam nos grandes centros.



Esses estranhos passam a assumir várias formas, sendo todos definidos por suas relações sociais como os outros. Há uma ressignificação e passam a não serem concebidos como seres humanos, mas como estranhos de tipo específico. Por meio desse anonimato, os interesses de cada parte adquirem um caráter impiedosamente vulgar.

Quanto aos estudos de Jacobs, tudo se resume à observação prática do funcionamento da cidade. Uma boa rua é aquela que detém prédios que se voltam para fora e uma mistura de propriedades comerciais e residenciais. Essa rua precisa de um tráfego regular de pedestres nas calçadas, para melhorar a comunidade e a segurança e criar atividade para que as pessoas vejam e desfrutem, trazendo suas vidas e convivências sociais para as ruas. Tem que haver olhos nas ruas! Para Jane Jacobs, a aparência das coisas e o modo como elas funcionam estão inseparavelmente unidos. É ingenuidade planejar a aparência de uma cidade sem saber que tipo de ordem inata e funcional ela possui.

Em tempos de enaltecimento do conceito de *smart cities* e a busca por dotar a gestão pública de competências para estruturarem e manterem cidades inteligentes, é interessante notar que os urbanistas brasileiros tiveram contato com a obra de Jacobs tardiamente: embora a edição original do livro seja de 1961, ele foi traduzido para o português apenas em 2001 e, até então Jacobs aparecia como uma notória desconhecida em terras tupiniquins. Sua influência entre os idealizadores do Estatuto das Cidades é praticamente nula. O alerta que fica é, antes dos planejadores e urbanistas brasileiros digerirem conceitos pasteurizados, encapsulados em simplismos e reduzidos a expressões chavões que acompanham a ideia de *smart cities*, é preciso uma pausa para reflexões mais profundas, estimuladas por teóricos reconhecidos mundialmente, tal qual Jacobs e Simmel, e então adquirir uma visão mais crítica a respeito da possibilidade de conferir inteligência às cidades. Não se quer afirmar que cidades inteligentes são utópicas, mas sim que seus preceitos são ambiciosos e, para atingi-los, é preciso que urbanistas mergulhem em conceitos e análises interdisciplinares, desafio analítico este que demanda tempo, em uma sociedade que impõe um ritmo insano e cobra respostas automáticas: está lançado o desafio!

7 Referências Bibliográficas

- ALBINO, V.; BERARDI, U. & DANGELICO, R. M. (2015). Smart Cities: Definitions, Dimensions, Performance, and Initiatives. *Journal of Urban Technology*, Vol. 22, No. 1, 3–21
- BECKOW, S. (2017). Mercedes CEO Describer Inventions of the Future. Reportagem no site: <http://tinyurl.com/yc2563cn>
- CASTELLS, M. (2005). *A Sociedade em Rede*. Paz e Terra.
- DAMERI, R. P. (2013). Searching for smart city definition: a comprehensive proposal. *International Journal of Computers & Technology*, 11(5), 2544-2551.
- EAESP-FGV. (2016). *Smart Cities Transformação Digital de Cidades*. São Paulo: FGV.
- HARVEY, D. (1992). *A Condição Pós-Moderna*. Loyola.
- HOBBSBAWN, E. J. *O Breve Século XX 1914 -1991*. Companhia das Letras.
- IESE – Business School. (2016). *IESES Cities in Motion Index*. University of Navarra.
- JACOBS, J. (2014). *Morte e Vida de Grandes Cidades*. Martins Fontes.
- LEITE, C. (2012). *Cidades Sustentáveis, Cidades Inteligentes*. São Paulo: Bookman.



- MAZZUCATO, M. (2014). O Estado Empreendedor: Desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. Portfloio Penguin.
- NOGUEIRA, A. J. F. M. (2007). Teoria Geral da Administração para o Século XXI. Ática
- PANHAN, A. M.; MENDES, L. S.; BREDA, G. D. (2016). Construindo Cidades Inteligentes. Curitiba: Appris.
- PORTER, M. E.; HEPPELMANN, J. E. (2014). How Smart, Connected Products Are Transforming Competition. Harvard Business Review. Nov.
- PRICEWATERHOUSECOOPERS (2017). Workforce of the Future – The competing forces shaping 2020.
- SCHWAB, K. (2016). A Quarta Revolução Industrial. Edipro.
- SIMMEL, G. (1903). A Metrópole e a Vida Mental. In: VELHO, O.G.(Organizador) O fenômeno Urbano (1967).
- STIGLITZ, J. (2002). Os malefícios da globalização. Cia das Letras.
- WEICK, K. E. (1995). Sensemaking in organizations. London Sage, UK.